

**PRÁXIS CURRICULARES  
ANTIRRACISTAS: A FORMAÇÃO  
ACADÊMICA E SEUS REFLEXOS EM UMA  
EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**MICHELE GUERREIRO FERREIRA**

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto das reflexões sobre a construção de práticas antirracistas na escola. Tais reflexões são oriundas dos questionamentos sobre a nossa formação inicial e atuação profissional, os quais orientaram os temas de nossas pesquisas de mestrado e doutorado na área de Educação.

De início, tais questionamentos estavam pautados na curiosidade ingênua, como diria Paulo Freire (2005), pois tomava a promulgação da Lei nº 10.639/2003<sup>1</sup> como o ponto de partida para a discussão sobre a urgência da promoção da Educação das Relações Étnico-Raciais, como se todo o debate em torno das questões raciais e educação tivesse início em janeiro de 2003.

Por mais importantes que sejam os dispositivos legais daí decorrentes e, embora eles sejam considerados ponto de partida para muitas(os) professoras(es) que como eu naquele momento ignoravam o debate sobre o racismo no Brasil, esta lei já representava um ponto de chegada diante das lutas protagonizadas pelo Movimento Negro, inclusive no âmbito educacional. No entanto, foi a partir daí que percebemos o silenciamento que pairava sobre as questões raciais tanto em nossa formação como em nossa prática profissional.

Estas constatações nos levaram a pesquisar no mestrado como professoras(es) de Português, História e Artes trabalhavam com os conteúdos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCN nº1/2004) e identificar a “boa vontade”, mas também, as fragilidades advindas da formação inicial até aquele momento. Assim, levamos para o doutorado questões para compreender como cursos de licenciatura têm contribuído para a construção de práticas curriculares antirracistas.

Ao passo que nos debruçamos sobre teorias, contextos históricos, políticos, sociais, acadêmicos e interagíamos com os sujeitos das pesquisas, também refletíamos sobre a nossa própria prática como professora de História da rede pública de ensino na educação básica. Desse modo, neste trabalho, nosso objetivo é socializar o resultado de nossas reflexões acadêmicas e quais os seus rebatimentos no chão da escola. Para

1 Lei que modificou a LDB (Lei nº 9.394/97), tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (posteriormente com a Lei nº 11.645/2008), em todo o sistema de educação nacional.

tanto, tomamos como recorte alguns desdobramentos dessas reflexões em nossa prática profissional com estudantes do ensino médio.

## 2. METODOLOGIA

Este trabalho está fundamentado nos estudos biográficos (FERRAROTTI, 2010) como práticas de (auto)formação. Percebemos que os estudos biográficos favorecem a construção e reconstrução da identidade docente não apenas individual, mas também coletiva, pois podem favorecer a reflexão sobre práticas que muitas vezes são construídas, mas que não são tomadas como objeto de reflexão. Nesse sentido, apresentamos como objeto de nossa reflexão neste trabalho narrativas autobiográficas no intuito de possibilitar a análise que permitam a (re) construção de nossa própria constituição em diferentes temporalidades e espacialidades.

## 3. RESULTADOS OU CONCLUSÕES

O enfrentamento do racismo remonta ao período da colonização. A história do Movimento Negro no Brasil narra trajetórias de lutas e conquistas importantíssimas ao pautar as tensas relações raciais no país, denunciar o mito da democracia racial, conquistar importantes políticas de enfrentamento do racismo, entre tantas outras. No entanto, observamos em nossa formação inicial e, portanto, em nossos primeiros anos de atuação profissional como professora da educação básica, um profundo silenciamento em torno de todas estas questões.

Ao compreender que a invisibilidade e o silenciamento em torno das relações raciais no nosso país poderiam ser rompidos por meio da educação, e mais especificamente, pela educação das relações étnico-raciais, nos debruçamos sobre esta área não apenas como tema de pesquisa, mas como premissa para nosso agir no mundo, nas relações pessoais, familiares, acadêmicas, profissionais.

Assim, aos poucos, fomos nos aproximando da compreensão sobre a matriz colonial da “raça” e do racismo, ou seja, de como a colonialidade do poder (QUIJANO, 2000) forja a ideia de “raça” para estabelecer os papéis e lugares dentro da estrutura produtiva do sistema-mundo moderno/colonial, dando origem à falsa ideia de “raças” humanas. Ideia esta que mesmo refutada por cientistas de diversas áreas, dá origem a

uma doutrina vigente, o racismo, a qual se baseia na crença da superioridade entre as “raças” humanas.

Entender os efeitos da colonialidade em seus diversos eixos (poder, saber, ser) nos impulsionou a buscar respostas para enfrentar e combater o racismo. Entendemos que não há neutralidade na seleção do que conta como conhecimento e nem na forma como este conhecimento é abordado no cotidiano escolar. E também não existe, necessariamente, política curricular que venha de cima para baixo como se nós professoras(es) fôssemos mero aplicadores ou replicadores de conteúdos a serem abordados, antes existem pressões, negociações e tensões que vão culminar em políticas curriculares.

Nossos estudos nos levou a sensibilizar colegas e gestão da escola onde atuávamos para que o racismo fosse tematizado e combatido institucionalmente, para tanto, deveria estar previsto em nosso Projeto Político-Pedagógico nossa compreensão sobre o racismo e quais ações nossa escola promoveria para enfrentá-lo. Esse foi um dos principais passos, pois independente de nossa presença na escola, como professora que tomou a iniciativa de levantar esta questão, o tema não poderá ser abandonado.

Construir uma educação antirracista é uma tarefa difícil. Fazer com que as pessoas entendem que o 20 de novembro (Dia da Consciência Negra) não é só mais uma efeméride, mas que deve representar a culminância de um ano de trabalho sobre o tema. Esse dia não é um dia para “folclorizar” a cultura negra, mas valorizar as expressões artísticas, históricas e culturais afro-brasileiras e africanas.

Há também a resistência e o preconceito das famílias que também devem ser educadas nesse processo de enfrentamento do racismo. Muitas vezes, o racismo também se manifesta como racismo epistêmico (GROSFOGUEL, 2016) e dessa forma, é nosso papel, combatê-lo também. Nesse ponto específico, muitas vezes, temos que aproveitar as oportunidades para desobedecer o cânone eurocêntrico que muitas vezes são hegemônicos na seleção curricular. Assim, aprendemos que o silêncio também é tomado como conteúdo. Para ilustrar esse aprendizado podemos citar como exemplo quando trabalhamos com turmas de 1º ano do ensino médio, na disciplina de História, o capítulo do “surgimento da humanidade”.

Dentro desta unidade temática, abordamos as teorias evolucionistas e as teorias criacionistas, seguindo normalmente o que estava previsto no livro didático que trazia as formulações darwinistas e as judaico-cristãs.

Interessante, que o livro até mencionava que outras culturas tinham explicações outras para o mito da criação, mas não citava nenhuma, apenas a hegemônica no ocidente, com direito a citações bíblicas e tudo mais.

Esse silenciamento, sempre nos soou como o pretexto para instigarmos as(os) estudantes a indagar que outras explicações então haveriam? Ao instigar a curiosidade e a pesquisa estimulávamos a busca pelas formulações de outras matrizes que compoem a nossa história, como as indígenas e a iorubá, por exemplo.

Práticas como esta são decorrentes de nossas pesquisas acadêmicas e do amadurecimento como profissional para estimular o conhecimento de nossa história e cultura afro-brasileira e indígena e promover a educação das relações étnico-raciais cotidianamente.

**Palavras-chave:** Educação das Relações Étnico-raciais; Práxis Curriculares Antirracistas; Formação Acadêmica.

## REFERÊNCIAS

FERRAROTTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. *In*: Nóvoa, A.; Finger, M. (Org.). **O método (auto)biográfico e a formação**. São Paulo: Paulus, 2010. p.31-57.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz & Terra, 2005.

GROSGUÉL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídio do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016, p. 25-49.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. **Journal of world-systems research**, VI, 2, 2000, p. 342-386.